

pações. Com relação ao leigo, o Código chega a estabelecer de modo positivo a sua participação no exercício do cuidado pastoral (Cân. 517 § 2), na cooperação ao Pároco (Cân. 519), na composição do Conselho de Negócios Econômicos (Cân. 492 § 1) e, em geral, na cooperação do exercício do poder de regime da Igreja (Cân. 129 § 2), só para citar alguns exemplos.

Ora, todos esses pontos que acabamos de expor supõem, de algum modo, a exigência e a necessidade de um planejamento, para o bom resultado, a eficácia e os frutos da participação de todos na organização pastoral local.

Se ampliarmos o âmbito dessa participação, o que nos é plenamente facultado pelo próprio Código, para os limites regionais, veremos que o quadro se apresenta com igual configuração e que a urgência de um planejamento se torna até mesmo mais poderosa.

Estamos convencidos, na mente do Concílio Vaticano II, acolhida pelo Código de Direito Canônico, de que, mantidos o poder e a competência primários dos Bispos, a Igreja toda, e cada um dos seus membros a seu modo, participa do seu próprio governo, do ensino e da santificação do Povo de Deus.

Para que isso aconteça efetivamente, porém, é necessário coordenar, organizar, distribuir e colocar em ação as diversas participações propostas ou mesmo determinadas pela lei. Em outras palavras, e resumidamente, para que isso aconteça efetivamente, é necessário planejar.

Parece, nestas alturas do nosso comentário, que o silêncio do Código a respeito de um planejamento é suficientemente compreensível e até preferível, em termos de uma liberdade criativa totalmente desvinculada de proposições jurídicas apriorísticas. O Código parece reconhecer que um planejamento deve, necessariamente, transcender os níveis legais de um estatuto ou de um regimento, meramente, para alcançar, conforme nos ensinam a ciência e a experiência, aquela efetividade de um autêntico caminho de vida, e de "vida em abundância".

Endereço do Autor: Rua Esteves Junior, 105 — 88000 — Florianópolis — SC.

A Realidade da Mulher na Igreja no Atual Contexto Sócio-Econômico, Político e Cultural

Tereza Valler — 3º Ano
Neiva Hoffelder — 2º Ano
Maria Assunta Klein — 2º Ano

A mulher na igreja tem significativa presença na base, em contato direto com o povo em muito maior grau que do homem, isto é, vai criando paralelamente espaço para

construção de uma Igreja menos clerical e masculina. Embora seja ativa e participante está ausente de alguns serviços. E isso, mais que por ser mulher por ser leiga, numa Igreja marcada pela lógica masculina e por uma estrutura clerical e episcopal.

que não há discriminação em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo, porque não há judeu nem grego, escravo ou homem livre, homem ou mulher.

Pensamos que veio em boa hora o tema do próximo Sínodo, "VOCAÇÃO E MISSÃO DOS LEIGOS NA IGREJA E NO MUNDO 20 ANOS DEPOIS DO VATICANO II". O documento preparatório "LINEAMENTA", afirma em seu número 16: "... que não há discriminação em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo, porque não há judeu nem grego, escravo ou homem livre, homem ou mulher ..." (Gl. 3,28). Apesar desta afirmação não encontramos alusão explícita no texto sobre a situação da mulher na Igreja e na sociedade.

Na instituição eclesial as mulheres estão ausentes no poder de decisão. No entanto, no meio do povo de Deus sua presença é palpável e expressiva e são muitas vezes elas as grandes condutoras da caminhada do povo. Evidencia-se essa presença da mulher em nosso Estado nos grupos de reflexão, nos movimentos populares, na catequese, nos movimentos de mulheres agricultoras, presença nos acampamentos, na educação. . .

Muitas vezes a mulher é considerada na Igreja como uma mão-de-obra barata e eficiente e sempre exercendo funções subalternas ou de suplência. A propósito relembramos o que já dizia João XXIII: "cada vez mais consciente de sua dignidade humana, a mulher não tolera ser considerada como instrumento, mais exige ser tratada como pessoa tanto na Igreja como na vida social"; e o mesmo ratifica o concílio quando afirma: "a mulher onde não tem conquistado seu espaço (lugar) reclama a igualdade de direito e de fato com os homens (G 5.9).

A mulher tem também a missão e as condições de fazer sua teologia integrada que combina o intuitivo e o racional com cientificidade.

Tentando fazer uma leitura da Religiosa na história da Igreja vê-se que ela aparece ainda menos nos textos que a mulher em geral. As análises das ciências sociais não levam em conta as religiosas. Hoje surge um novo modelo de vida religiosa marcada por uma certa ruptura com o modelo tradicional. Neste novo modo há uma redescoberta da feminilidade da religiosa, superando a antiga desfeminização que era introjetada pelo fato de uma certa concep-

ção do feminismo está automaticamente associado ao pecado. Começa a surgir uma nova geração de religiosas a partir de comunidades inseridas nos meios populares ou mesmo de religiosas que participam das condições de vida das classes populares.

A mulher tem também a missão e as condições de fazer sua teologia integrada que combina o intuitivo e o racional com cientificidade. Para isso alguns pontos devem ser levados em conta:

- 1 — É necessário que o enfoque da Teologia Feminina esteja a serviço da libertação e que os temas escolhidos permitam esse enfoque;
- 2 — O rigor científico não é privilégio do homem, nem a intuição privilégio da mulher;
- 3 — É indispensável reintegrar a mística na elaboração teológica;
- 4 — É patente a necessidade de fazer a mulher “desconhecer” o lugar que lhe foi atribuído para elaborar uma nova Teologia;
- 5 — Elaborar uma nova idéia de Deus (O trinitário) que integra o feminino;
- 6 — Redescobrir os SS.PP. e também os místicos, em cuja experiência de Deus o feminino tem uma relevância marcante;
— Como trabalhar teologicamente uma nova visão da erótica-feminina;
- 7 — Trabalhar uma nova imagem de Maria;
- 8 — Recolher a Teologia assistemática feita pelas mulheres do povo.

Na elaboração do plano regional de pastoral qual será a contribuição da mulher?

— TEMAS A PRIVILEGIAR:

- . Retrabalhar a idéia de pecado, colocado sempre sobre os ombros da mulher;
- . Os ministérios femininos;
- . Os papéis da mulher na Bíblia em relação à resistência dos oprimidos.

Na elaboração do plano regional de pastoral qual será a contribuição da mulher? Ou melhor: poderá ser considerado um trabalho completo, atingindo todos os cristãos, homens e mulheres sem a presença efetiva e igualitária da mulher em todos os momentos da gênese desse plano?

A Opção Preferencial pelos Pobres na Igreja de SC

David Bruno Goedert — 2º Ano
Valdir Schiochet — 3º Ano

*“O pobre é o único sacramento absolutamente necessário e o único absolutamente universal de salvação”
(C. Boff)*

A Igreja é verdadeiramente sacramento de Jesus Cristo na medida em que é fiel ao evangelho e aos pobres. Assim, a Igreja de Santa Catarina, nesta fase de preparação para o Novo Plano de Pastoral do Sul IV deve abrir-se ao Espírito Santo para encarnar de forma clara e objetiva a opção pelos pobres. Como primeiro momento deve estar aberta a um processo de profunda conversão, possibilitando com isso a ação da vontade de Deus para o povo catarinense.

Ocorre que tem-se gerado muita dúvida e muita polêmica na questão do ser pobre hoje. O que se observa, porém, é que o discurso não é acompanhado por uma opção radical de vida que aproxime efetivamente o agente de pastoral e a hierarquia dos irmãos mais pobres, numa atitude de solidariedade e testemunho evangélico.

A este conjunto de explorados e marginalizados a Igreja catarinense deve responder com coragem profética e urgência de ação.

Esta conversão pressupõe obrigatoriamente descobrir o rosto do pobre caracterizando-o no contexto mais amplo da realidade catarinense. Cabe aqui colocarmos a questão fundamental dos destinatários da ação pastoral de nossa Igreja particular, refletida na semana teológica, em agosto passado, no ITESC, sob a orientação do Frei Clodovis Boff, ou seja, as categorias de empobrecidos em nosso Estado, quais sejam: sem-terra, operários, pescadores, caboclos, mineiros negros, domésticas, biscateiros, soldados, presos, mulheres, mendigos, bóias-frias, integrados, pequenos agricultores, aposentados, peões, erveiros, menores abandonados, serventes, índios, favelados, prostitutas e outros.

A este conjunto de explorados e marginalizados a Igreja catarinense deve responder com coragem profética e urgência de ação. A partir daí a nossa ação pastoral deve possibilitar a estes nossos irmãos empobrecidos serem sujeitos e construtores da vida eclesial. O caráter radical desta proposta evoca e se fundamenta no próprio evangelho e na ação de Jesus.

Se o pobre real, oprimido, marginalizado, não for con-